



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE ABRIL DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 9, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 21 DE ABRIL DE 2015
4. REQ. N. 503/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 380/13 DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA
5. REQ. N. 374/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 273/14, DATADO DE 28/07/2014 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.
6. REQ. N. 485/15, DATADO DE 10/04/2015 – PC N.º 106/15, DATADO DE 10/04/2015 – LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO

7. REQ. N. 535/15, DATADO DE 21/04/2014 - PC N.º 88/15, DATADO DE 26/03/2015 – SORAIA DANIELA DA SILVA MARTINS
8. REQ. N. 457/15, DATADO DE 07/04/2015 – PC N.º 23/15, DATADO DE 22/01/2015 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.
9. REQ. N. 413/15, DATADO DE 23/06/2015 – PC N.º 334/14, DATADO DE 03/10/2014 – AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA
10. REQ. N. 137/15, DATADO DE 30/01/2015 – PC N.º 382/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.
11. REQ. N. 475/15, DATADO DE 09/04/2015 – PC N.º 383/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA
12. REQ. N. 384/15, DATADO DE 23/03/2015 – PC N.º 80/15, DATADO DE 23/03/2015 – WOK ASIA - RESTAURANTE UNIPESSOAL LDA.
13. REQ. N. 277/15, DATADO DE 04/03/2015 – PC N.º 60/15, DATADO DE 04/03/2015 – VANDO JOSÉ SILVA ROSA
14. REQ. N. 564/15, DATADO DE 24/04/2015 – PC N.º 367/12, DATADO DE 18/12/2012 – AUGUSTO PEREIRA PINTO
15. REQ. N. 346/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 161/14, DATADO DE 13/05/2014 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA
16. REQ. N. 573/15, DATADO DE 27/04/2015 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
17. REQ. N. 507/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 384/14, DATADO DE 31/10/2014 – PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO
18. REQ. N. 497/15, DATADO DE 15/04/2015 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA
19. REQ. N. 440/15, DATADO DE 01/04/2015 – PC N.º 41/15, DATADO DE 11/02/2015 – MOLDES CATARINO, LDA.
20. REQ. N. 536/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 122/15, DATADO DE 21/04/2015 – INVESTMENTS 2234 PTC-SOCIEDADE IMOBILIARIA COMPRA IMOVEIS REVENDA UNIPESSOAL LDA.

21. REQ. N. 529/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 119/15, DATADO DE 21/04/2015
– REDOLFINA MARTINS RINO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
22. REQ. N. 459/15, DATADO DE 07/04/2015 – PC N.º 127/2015, DATADO DE
07/04/2015 – ÁLVARO MONTEIRO
23. REQ. N. 533/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 144/2015, DATADO DE
21/04/2015 – CARLOS ALBERTO CUNHA VELHO
24. E/1291/2015 – COMUNICAÇÃO DA GNR SOBRE DENÚNCIA RELATIVA A
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E EXISTÊNCIA DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO
PARA O EXTERIOR DO EDIFÍCIO ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O
ESTABELECIMENTO DENOMINADO “CAFÉ PIRRAÇA” – DETERMINAÇÃO DA
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS
25. REQ. N. 884/11, DATADO DE 28/04/2011 – PC N.º 69/09, DATADO DE
14/04/2009 – IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO
26. REQ. N. 506/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 729/07, DATADO DE
27/12/2007 – OLIVOCHEM - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS LDA
27. REQ. N. 505/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 680/07, DATADO DE
23/11/2007 – OLIVOCHEM - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS LDA
28. REQ. N. 1856/10, DATADO DE 25/06/2010 – PC N.º 143/07, DATADO DE
27/02/2007 – NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA.
29. REQ. N. 557/15, DATADO DE 23/04/2015 – PC N.º 892/05, DATADO DE
29/12/2005 – BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE
SAÚDE S.A. - ALTERAÇÃO DE CONDIÇÃO PARA ISENÇÃO DE TAXAS
MUNICIPAIS
30. REQ. N. 303/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 38/10, DATADO DE
09/03/2010 – MOLDOESTE - INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.
31. REQ. N. 215/15, DATADO DE 19/02/2015 – PC N.º 68/2015, DATADO DE
19/02/2015 – JOSÉ MANUEL GOMES PARRACHO
32. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS A ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DA MARINHA
GRANDE
33. PROCESSO N.º 254/10. PARECERES JURÍDICOS.

34. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL
- REQUERENTE: NUNO PAULO FRUTUOSO LOPES - AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM
ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL.
35. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA
LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2015.
37. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRODUÇÃO DA 2.ª
EDIÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO
ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
38. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“ELABORAÇÃO DE
PROJECTO DA REDE DE BAIXA TENSÃO E REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA
REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA/PRAIA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO
N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA
O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
39. FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A
TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO
PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 4 DE MAIO DE 2015 ATÉ AO INÍCIO DE AGOSTO
DE 2015
40. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O
*“FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A
TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO
PÚBLICA, COM INÍCIO PREVISTO EM AGOSTO DE 2015 E ATÉ 31 DE JANEIRO DE
2016”*
41. REVISÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO,
POR FORÇA DA LEI N.º 81/2014, DE 19 DE DEZEMBRO
42. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO
APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JULHO DE 2015.
43. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 10, SITA
NO BAIRRO DE CASAL DE ANJA, VIEIRA DE LEIRIA, A FAVOR DE ALBERTINA
LUÍSA DOS REIS, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.

- 44. APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA XIII SEMANA DA EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – AGRUPAMENTO MARINHA GRANDE POENTE**
- 45. RETIFICAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS**
- 46. RESUMO DE TESOURARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 - Sr. Mário Oliveira Matos, residente no Bairro do Camarnal, n.º 11, Marinha Grande, que pretende falar sobre o avançado estado de degradação da habitação social onde reside.

O munícipe desistiu do atendimento, conforme sua comunicação de 28/04/2015.

2 - Sr. Osvaldo da Silva Cruz, residente na Rua da Benta, n.º 36-A, Casal dos Ossos, Marinha Grande, que falou sobre o saneamento da Rua do Sol, na Ordem. Pretende saber para quando estão previstas as obras de beneficiação, porque quando chove as caixas de saneamento da moradia n.º 30, onde reside a sua sogra, D. Emília Pereira Bernardo, transbordam, causando grande sujidade e mau estar.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que o problema exposto pelo Sr. Osvaldo está ligado à drenagem para a Rua de Angola e desta para o emissário da SIMLIS. O que acontece quando chove deve-se ao facto de haver munícipes que indevidamente ligaram o seu saneamento pluvial ao saneamento doméstico. Está em estudo a possibilidade de a Rua do Sol drenar para a Rua dos Agostinhos, que está ligada a um emissário mais acima. Neste momento está a ser estudada esta solução, para se ver se é possível, aliviando deste modo a carga na Rua da Portela e resolvendo o problema existente na Rua do Sol.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Entregou ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira a resposta aos documentos que tinha pedido.
O Sr. Vereador António Santos também pediu para que lhe fosse enviada, tendo o Sr. Presidente respondido que lhe ia ser enviada por e-mail.
- ⇒ Propôs a aprovação de um **voto de louvor** e agradecimento a um marinhense de coração, **Nuno Lopes**, que ao serviço do Sporting Clube de Portugal ganhou a taça CERS em hóquei em patins.
- ⇒ Propôs também um **voto de pesar** pelo falecimento da **Sr.ª D. Maria da Piedade Gomes**, viúva de Joaquim Gomes, que foi uma lutadora contra o fascismo, e que apesar de ter morrido em Lisboa era natural da Marinha Grande, tendo participado na revolta do 18 de janeiro de 1934.

275 - O **Sr. Presidente** pôs à votação o voto de louvor, a enviar ao treinador Nuno Lopes, e o voto de pesar, a ser endereçado ao PCP, que o fará chegar à família da Sr.ª D. Maria da Piedade Gomes.

A Câmara delibera, por unanimidade, aprovar o voto de louvor e o voto de pesar apresentados pelo Sr. Presidente.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Deixou uma nota de reconhecimento, na sequência do voto de pesar pelo falecimento da D. Maria da Piedade, natural de Picassinos, que foi a esposa e companheira de longa data e de luta de Joaquim Gomes, e que esteve presa em Caxias. Conviveu com ela, lembra-se da sua grande entrega aos ideais de abril. Foi cremada no cemitério dos Olivais, em Lisboa, e é uma honra para o PCP que a Câmara Municipal da Marinha Grande tenha aprovado por unanimidade este voto de pesar.
- ⇒ Congratulou-se pelo louvor ao Nuno Lopes, atleta do SCM, que com ele subiu à 1.ª divisão de hóquei em patins. Este título agora conquistado como treinador vem confirmar as suas grandes qualidades de líder, tal como já tinha demonstrado como hoquista. Deixou um grande abraço ao Nuno Lopes, que fará questão de lhe dar pessoalmente, e o reconhecimento pelos feitos alcançados.

- ⇒ Saudou a constituição do Conselho Municipal da Juventude, que embora de forma muito precoce já se encontra a trabalhar. Deixou-lhes um abraço e votos de bom trabalho.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Realizou-se ontem uma reunião no Teatro Miguel Franco, onde estiveram muitos Presidentes de Câmara a discutir o Espaço do Cidadão, e ficou a saber que só a Marinha Grande é que não vai ter este espaço. Era importante, especialmente para a Vieira e para a Moita, haver uma proximidade administrativa. Lamenta que no meio de 40 Câmaras Municipais, a Câmara da Marinha Grande não tenha optado por este espaço.
- ⇒ Referindo-se ao discurso do Sr. Presidente na noite do 25 de abril, leu um trecho do livro “O amigo”, para lhe dizer que este não tem que estar sempre de acordo. Disse que em termos de pronúncia esteve bem, mas em termos de conteúdo foi o mais pobre que ouviu, porque se refugiou na política nacional para não falar dos problemas do concelho, tentou tapar o sol com a peneira. Pensava que iria falar da nossa terra e dos nossos problemas, mas não, criticou o Governo, quando foi este que lhe deu dinheiro para a Ponte das Tercenas, para o arranjo das arribas de S. Pedro de Moel, que fez as negociações para o alargamento da Zona Industrial. Pensou que iria falar de quando é que vamos ter o mercado, a piscina, a creche aberta 24 horas, o saneamento. Sobre o apelo para que a população acorde, entende que só pode acordar quem está a dormir e pensa que a Marinha Grande não está a dormir, bem pelo contrário, está bem acordada.
- ⇒ S. Pedro de Moel: sinalética e rampa de acesso – alertou para o facto de ser necessário colocar um sinal de sentido proibido no corte para a Rua do Sol, porque continua a haver carros a circular em contramão. A rampa de acesso à praia é escorregadia e precisava de ter um declive, para não escorregar com a areia, tal como foi feito ao pé das casas de banho.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Como os elogios nunca são demais, disse que ficou orgulhoso com o facto de o Sr. Presidente ter apresentado e levado a Câmara a aprovar os votos de louvor e de pesar.
- ⇒ Conselho Municipal da Juventude – congratulou-se por estar a funcionar, de forma autónoma, ouviu-os ontem, estão entusiasmados, sentiu que não está vincada a origem (forças políticas), e que estão interessados em trabalhar para o concelho e para a comunidade. Entende que o Conselho Municipal da Juventude poderá ser uma ferramenta útil para chamar os jovens para a política, daí ser necessário que

lhes seja dada importância, e às suas propostas, que certamente começarão a ser apresentadas. É importante que algumas possam ser acolhidas e postas em prática no mais breve espaço de tempo. Deixou este pedido ao Sr. Presidente.

- ⇒ Manifestou desagrado pela não existência do Espaço do Cidadão. A proposta que veio à Câmara não lhe agradou, os meios não eram os necessários, no entanto é perigoso para o concelho não acolher estes espaços. Entende que esta posição deve ser revista pelo executivo.
- ⇒ Perguntou ao Sr. Vereador Paulo Vicente se é verdade que deixou de ser possível comprar os bilhetes pré-comprados da TUMG nas viaturas, porque a ser verdade é mau, pois vai diminuir a utilização deste transporte.
- ⇒ Tremelgo – trata-se de um espaço querido para o concelho e que está ao abandono. Apesar do mau relacionamento com as matas, acha que é importante que a Câmara estabeleça contacto, celebrando com eles um protocolo para o recuperar, de modo a poder ser utilizado pelos marinhenses. Pediu ao Sr. Presidente que estabeleça estas negociações.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. Osvaldo Cruz, agradeceu a sua presença e referiu que se pede ao executivo que além de dizer que já conhece o problema, o resolva, e sobretudo informe quando estará pronto.
- ⇒ Congratulou-se por o Conselho Municipal da Juventude estar já em funcionamento e solicitou que o executivo resolva o problema do erro que existe no regulamento.
- ⇒ Felicitou o marinhense (por adoção) Nuno Lopes, por ter ganho a taça CERS em hóquei em patins, como treinador da equipa do Sporting Clube de Portugal. A taça CERS é a segunda competição mais importante da Europa e a final four foi realizada em Igualada, Espanha. Na final o Sporting bateu o Réus, na transformação de grandes penalidades. No final do jogo, na entrevista, teve a preocupação de dar um viva a Estremoz, donde é natural, e à Marinha Grande, que o adotou.
- ⇒ Felicitou a Associação Portuguesa de Deficientes de Leiria, por se terem tornado bicampeões nacionais de basquetebol em cadeira de rodas. Recordou que a APD de Leiria está sediada na Marinha Grande e têm vários atletas que aqui vivem.
- ⇒ Referiu que na passada semana foi apresentado o estudo prévio (fase 1) da revisão do PDM. Questionou quem foi convidado para o evento e perguntou qual a razão porque os membros da comissão de acompanhamento não foram convidados.
- ⇒ Falou uma vez mais sobre o Parque Mártires do Colonialismo. O salão de chá continua por abrir, e embora o Sr. Presidente afirme que a responsabilidade é do concessionário, entende que a Câmara devia ter conhecimento da data para a reabertura. O jardim infantil não está conforme a lei e apresenta perigos para as crianças. A casa que está ao lado, da responsabilidade da Câmara, e que por diversas vezes já aqui informou que estava a ser vandalizada, tem neste momento

o interior completamente destruído. Não aproveitaram as mesas, cadeiras e computadores que ali estavam e agora nem portas tem.

Perguntou para quando a resolução desta situação.

- ⇒ Chamou a atenção para o lago do Parque da Cerca, que tem águas estagnadas e muito lixo. Sendo um local nobre da nossa cidade, devia haver maior preocupação.
- ⇒ Disse que recebeu um mail dum munícipe vieirense que fala das ruas da Praia da Vieira, dizendo que estão em obras, com muito pó, sem sinalização, com caixas de visita abertas e carros e crianças a passarem. Agradecia que a Câmara esclarecesse o que se passa e qual o prazo para terminar a obra.
- ⇒ Referiu que o distrito vai ter doze lojas e espaços do cidadão com atendimento personalizado. Dos 16 municípios do distrito de Leiria, 12 vão ter Lojas do Cidadão, e nestes não está incluída a Marinha Grande. Lamenta que os municípios marinhenses uma vez mais fiquem prejudicados por não terem a possibilidade de ter serviços de proximidade.
- ⇒ Disse que vários munícipes o abordaram sobre uma rua onde se têm verificado frequentemente acidentes. É a Rua do Vale da Ribeira, que vai do Pero Neto para as Trutas. Na direção Pero Neto-Trutas, a Rua tem uma curva apertada à direita, numa descida acentuada. O piso está demasiado polido, com um eucaliptal deitando a sua flor, o que em dias com elevada humidade ou chuva, torna a estrada extremamente escorregadia. Para além disso, na curva, a estrada tem uma inclinação para fora. Mesmo passando a pouca velocidade os carros escorregam, passam para a faixa de rodagem contrária, e saem da estrada, como pode ser visível nas inúmeras marcas no muro. Também as bermas são demasiado baixas agudizando o problema. Na passada sexta-feira houve um acidente grave, porque um carro ao escorregar apanhou outro carro de frente. Do embate resultou uma mãe com traumatismo na cervical, e a filha, de 16 anos, com uma fratura exposta ao nível do tornozelo. Relembrou que nesta rua passam os autocarros da TUMG, muitas vezes com crianças, e há que evitar uma tragédia. Sugeriu que muito rapidamente seja analisada a situação e corrigida, evitando mais acidentes.
- ⇒ Referiu que no próximo fim de semana, na FAE, se vai realizar a Feira da Saúde, recomendando a visita e a oportunidade para realizar gratuitamente alguns rastreios.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Associou-se aos votos aprovados e congratula-se com a vitória do Nuno Lopes.
- ⇒ Relembrou que vai decorrer de 5 a 10 de maio a Semana da Educação e Juventude da Marinha Grande. Terá um grande envolvimento dos Agrupamentos de Escolas e de todos os parceiros associados, pelo que apelou à participação de todos.

No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Rua Vale da Ribeira – já foi alertado para o problema do piso escorregadio devido à goma dos eucaliptos. O assunto está a ser acompanhado.
- ⇒ Pavimentações das ruas da Praia da Vieira – estão a ser feitas e remodeladas as redes de saneamento, separando pluviais e domésticos, assim como também foram remodeladas as redes de água. Prevê-se que os trabalhos estejam finalizados durante o mês de maio. Referiu que tem de haver muito cuidado ao abrir as valas, porque as ruas estão assentes em areias. Não é verdade que não estejam sinalizadas, porque todos os dias ao vir para a Marinha Grande passa por lá e vai ao terreno verificar os trabalhos e a sinalização está colocada.
- ⇒ Casa da sede do Clube de Ténis – já foi ao local com a Chefe de Divisão, vai ser emparedada e limpa, só que ainda não houve tempo para o fazer. Também vai ser reparada a rede de vedação. Este espaço irá ser destinado à oficina da música dos Tóccandar.
- ⇒ Parque infantil – ao contrário do que o Sr. Vereador Aurélio afirma, está tudo dentro da legislação, conforme lhe poderá demonstrar mais tarde.
- ⇒ Salão de chá – o concessionário está a fazer obras de vulto e abrirá por estes dias.
- ⇒ Bilhetes da TUMG – houve um problema informático, pelo que a questão dos bilhetes pré-comprados é um problema transitório.
- ⇒ Rampas de S. Pedro – têm vindo a ser colocados pisos antiderrapantes.
- ⇒ Loja do Cidadão – é um assunto em aberto. O que está em andamento em alguns municípios é um projecto-piloto. Da parte do Governo ainda não está definido qual é a sua participação em termos de apoio de meios e recursos humanos. O executivo ainda não encerrou o assunto.
- ⇒ Discurso do 25 de abril – revê-se no discurso do Sr. Presidente, proferido num dia em que se comemora o dia 25 de abril, a festa da democracia e da liberdade. Os problemas do concelho serão falados todos os outros dias, mas agora não se pode calar o que se passa neste País, porque vemos, ouvimos e lemos. Não se pode calar e deixar de falar dos problemas da juventude, e o Sr. Presidente falou, e muito bem, destes problemas, que também são nossos.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ O discurso do 25 de abril é para comemorar uma data do País, não só da Marinha Grande, e ainda ficou muito aquém daquilo que queria falar, porque a situação do País é muito mais grave. Já se chegou ao ponto de querer condicionar os órgãos de comunicação social na cobertura da campanha eleitoral. Apesar de o Sr. Vereador António Santos dizer que está melhor do que há 4 anos, a verdade é que não está melhor, está muito pior. Tudo aquilo que disse no discurso foi sentido e não disse tudo o que queria. Fala dos assuntos que têm relevância para os municípios da Marinha Grande, apesar de este ser um dos melhores concelhos do

distrito, contando para tal com o apoio da Câmara. Não se esquece dos orçamentos de 2011 e 2012, assim como também não se esquece dos de 2008 e 2009. O desemprego é bem mais elevado do que se fala, em termos de saúde há falta de medicamentos nos hospitais, e muito mais haveria para dizer.

- ⇒ Espaços do Cidadão – O ministro veio ontem a Leiria assinar o protocolo, e infelizmente disse que a Marinha Grande não aderiu por motivos políticos. Não é verdade, só que neste momento não há condições para aderir. Devia haver respeito pela Marinha Grande, dando respostas às propostas que lhes são apresentadas, como é o caso do serviço de Registos e Notariado, que funciona em condições de terceiro mundo. A única coisa definida é o pagamento do espaço, a 4€/m2. A ANMP tem uma posição sobre os Espaços do Cidadão.
- ⇒ A candidatura da Ponte das Tercenas já estava negociada com o Governo PS e foi cabimentada pelo Governo PSD, assim como o alargamento da Zona Industrial, que felizmente honrou os seus compromissos.
- ⇒ Conselho Municipal da Juventude – a Câmara tudo fará para dar respostas às suas propostas.
- ⇒ Tremelgo – é um dos espaços da mata que está em pior estado. A Câmara, a Junta de Freguesia e alguns serviços do ICNF irão limpar alguns espaços da mata, para a quinta-feira da Ascensão. Aquele espaço, e a própria estrada, estão muito degradados, mas mais uma vez tem que ser a Câmara e a Junta a fazer tudo, porque o Estado só serve para vir buscar o dinheiro da madeira, não têm meios. Tem-se batido para alterar a situação, e a Câmara sempre tem dado toda a colaboração possível e que lhe é pedida. Está-se em negociação, conjuntamente com a Câmara de Leiria, para arranjar a Estrada da Água Formosa. O Tremelgo não será intervencionado para esta quinta-feira da Ascensão, apenas estará apresentável, e só depois será então intervencionado, porque é uma área muito grande.
- ⇒ Salão de chá – sabe que o concessionário pretende abrir o mais depressa possível, mas primeiro tem que resolver alguns problemas com que se deparou.
- ⇒ Rua Vale da Ribeira – conhece bem esta rua, que foi aberta quando era Presidente da Junta de Freguesia, com negociações muito difíceis com os proprietários. Já passaram mais de 20 anos, foram retirados os sinais de proibição de passagem de camiões pesados, que degradam o pavimento.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:

- ⇒ Fica muito feliz por o seu partido não ter participado no condicionamento à comunicação social na cobertura da campanha eleitoral.
- ⇒ É um bom lembrete falar do Tremelgo, porque é um lugar emblemático da Marinha Grande, e urge fazer uma intervenção.
- ⇒ Relativamente à ida dos jovens para o estrangeiro, entende que é bom estarem lá fora a lutar pela vida, mas o que é mau é o Governo tratar mal os da casa. Ser desempregado é uma certeza, a segunda hipótese é arranjar um trabalho

temporário, sem qualquer estabilidade, e a terceira hipótese é ter um trabalho, mas com um salário mínimo, e ter que viver em casa dos pais ou de familiares, que ainda têm que os apoiar. É uma vergonha a política da juventude. Concorde que se apoie a ida dos jovens para o estrangeiro, não pode é concordar com a falta de apoio para a nossa juventude.

⇒ Lojas do Cidadão – é muito bonito falar nas Lojas do Cidadão, mas o que o Governo pretende é “despachar” os serviços para as Câmaras Municipais, e estas que se “amanhem”. Aquilo que em princípio poderia ser benéfico para as populações revela-se desvantajoso. O executivo está aqui para defender os interesses da população da Marinha Grande, que não se resolvem com medidas populistas. A Marinha Grande sempre foi reivindicativa, sempre soube dizer não quando não estão devidamente defendidos os interesses da sua população, e agora não estão.

O Sr. Presidente referiu, relativamente aos Espaços do Cidadão, que a posição da Câmara Municipal da Marinha Grande está tomada. Sobre a Loja vai-se ver, e se se confirmar que é benéfica para a Marinha Grande a Câmara aderirá. Não está nada perdido, mas tem que se ver bem a questão do financiamento.

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu que ele e o + Concelho são adeptos incondicionais de tudo o que sejam serviços de proximidade, mas acha que esta conversa está partidarizada. Com os Tribunais passou-se a mesma situação, registando-se uma perda irreversível porque não se fez tudo o que poderia ter sido feito. Sabe-se que o Governo tem um peso enorme, a sua decisão é irrevogável, e aqui também lhe parece que vai ser assim. Tecnicamente há aqui uma questão que se resolverá, mas financeiramente é que a situação não está clarificada. A Câmara não deverá só dizer que não quer, deverá contrapor.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 8, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE ABRIL DE 2015

276 - Presente a ata n.º 8, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de abril de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 9, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 21 DE ABRIL DE 2015

277 - Presente a ata n.º 9, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 21 de abril de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Estive presente na reunião, conforme é referido no início da acta. No ponto 5 da ordem de trabalho sobre os Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2014, os documentos “Certificação Legal de Contas” e Relatório de auditoria” não me foram enviados nos trâmites da lei, e embora na deliberação tal seja referido foram enviados apenas na véspera da reunião, quando o DL 75/2013, refere claramente que “a ordem do dia é entregue, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respectiva documentação” com “dois dias uteis de antecedência”. As contas do Município são por demais importantes para que possam ver votadas sem a devida análise.

Embora presente na reunião, entendi que não estavam reunidas as condições para que o documento fosse apreciado e por esse motivo não tinha condições para votar esse ponto.

Assim, não concordo que se mencione na acta que “Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes”, pois eu estava presente e não votei, logo não houve unanimidade dos presentes.

Por este motivo voto contra a acta.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Solicito que seja apensa a esta deliberação a declaração de voto que proferi na reunião extraordinária do dia 21/04/2015:

“Afirmando que os documentos de prestação de contas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2014 foram totalmente entregues nos prazos legais estabelecidos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

O envio posterior da auditoria externa não invalida de forma alguma o afirmado. Nestes termos considero que se tentou criar um facto político onde ele na realidade não existe. A decisão assumida pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira de não votar o ponto em apreço constitui, na realidade, na minha opinião, uma real demissão das funções para que foi eleito."

Tendo em consideração a declaração de voto do Sr. Vereador Aurélio Ferreira torno a mencionar que a obrigatoriedade que o mesmo invoca nos termos da legislação legal aplicável foi cumprida, isto é, o Sr. Vereador recebeu nos prazos legais as contas do Município. O documento enviado á posteriori, o relatório da auditoria, não é um elemento fundamental das contas.

Nestes termos considero que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira tinha todas as condições para votar, o que aliás constitui um seu dever enquanto eleito. Permaneceu na sala, opinou e inclusivamente assinou as contas. Assinar as contas não é um mero exercício de tomar conhecimento. Considero que violou claramente os seus deveres de eleito."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente a ata porque a mesma reflecte exactamente o que se passou na reunião.

O que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira deveria ter feito na reunião era, depois da entrega da declaração que consta da ata, e porque se recusava a tomar qualquer deliberação, ter-se retirado da reunião.

Penso que o Sr. Presidente só não o fez por cortesia e boa educação."

O Sr. Presidente subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente.

4 - REQ. N. 503/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 380/13 DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA

278 - Presente pedido com o registo n.º 503/15, datado de 16/04/2015 relativo ao **licenciamento de alterações em obra**, nos termos do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), da unidade industrial sita na Rua das Andorinhas, 23, Lameira de Picassin, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 15/10/2013, apresentado por **ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA**, com o NIF 153 403 217, residente na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujos trabalhos se encontram titulados pelo alvará de licença de construção n.º 31/14, emitido a 29 de abril de 2014 e válido até 28 de abril de 2016;

Presente informação técnica, datada de 20/04/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações em obra, nos termos do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), da unidade industrial sita na Rua das Andorinhas, 23, Lameira de Picassin, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 15/10/2013, apresentado por ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA, com o NIF 153 403 217, residente na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujos trabalhos se encontram titulados pelo alvará de licença de construção n.º 31/14, emitido a 29 de abril de 2014 e válido até 28 de abril de 2016, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de alteração das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que a alteração agora proposta deverá, ao nível do respetivo licenciamento industrial, ser efetuada na respetiva plataforma eletrónica, nos termos do artigo 42.º do Sistema de Indústria Responsável (SIR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, após obtenção da autorização de utilização do edifício.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 374/15, DATADO DE 20/03/2015 – PC N.º 273/14, DATADO DE 28/07/2014 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.

279 - Presente pedido com o registo n.º 374/15, datado de 20/03/2015 relativo a **legalização de ampliações efetuadas num edifício destinado a creche e ATL**, sito na Estrada do Guilherme, n.º 59, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 14124 e 16495, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob os artigos n.º 8852 e n.º 18945-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 273/14, com data de entrada de 28/07/2014, apresentado por **PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.**, com o NIPC 508 381 703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 21/04/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura, devidamente acompanhado dos pareceres externos favoráveis, da Administração Regional de Saúde, Instituto de Segurança Social e Autoridade Nacional de Proteção Civil, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de legalização de ampliações efetuadas num edifício destinado a creche e ATL, sito na estrada do Guilherme, n.º 59, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 14124 e 16495, inscrito respetivamente na matriz predial urbana sob os artigos n.º 8852 e 18945-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 273/14, com data de entrada de 28/07/2014, apresentado por PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA., com o NIPC 508 381 703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Assegurar a realização da totalidade dos trabalhos cuja execução seja necessária a boa conclusão da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 485/15, DATADO DE 10/04/2015 – PC N.º 106/15, DATADO DE 10/04/2015 – LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO

280 - Presente pedido com o registo n.º 485/15, datado de 10/04/2015 relativo a licenciamento de alterações a uma unidade industrial existente, localizada na Rua do Algarve, n.º 2, Trutas, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.056 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.417, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 106/15, com data de entrada de 10/04/2015, apresentado por LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO, com o NIF 182 179 729, residente na Rua dos Oleiros, n.º 11, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, no âmbito da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do RJUE.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento de alterações a uma unidade industrial existente, localizada na Rua do Algarve, n.º 2, Trutas, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.056 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.417, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 106/15, com data de entrada de 10/04/2015, apresentado por LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO, com o NIF 182 179 729, residente na rua dos Oleiros, n.º 11, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar que sendo a atividade industrial existente do tipo 3, o processo de alteração apresentado encontra-se sujeito ao procedimento de mera comunicação prévia, nos termos do artigo 42º do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto, sendo a entidade coordenadora do respectivo licenciamento industrial a Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 535/15, DATADO DE 21/04/2014 - PC N.º 88/15, DATADO DE 26/03/2015 – SORAIA DANIELA DA SILVA MARTINS

281 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 408/15 e n.º 535/15, datados de 2015/03/26 e 2015/04/21, respetivamente, processo n.º 88/15, a solicitar o licenciamento de obra de construção de moradia, no Lote n.º 1, com 1570 m2, constituído ao abrigo do alvará de loteamento n.º 9/1987, sito na Rua do Lavadouro Novo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o n.º 14488 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2893, apresentado por SORAIA DANIELA DA SILVA MARTINS, com o NIF 220508259, residente na Rua Terreiro do Penisco, n.º 29, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2015/04/22, que atesta encontrar-se po projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 408/15 e n.º 535/15, datados de 2015/03/26 e 2015/04/21, respetivamente, processo n.º 88/15, a solicitar o licenciamento de obra de construção de moradia, no Lote n.º 1, com 1570 m2, constituído ao abrigo do alvará de loteamento n.º 9/1987, sito na Rua do Lavadouro Novo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 14.488 e descrito na Conservatória do

Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.893, apresentado por SORAIA DANIELA DA SILVA MARTINS, com o NIF 220508259, residente na Rua Terreiro do Penisco, n.º 29, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2015/04/22, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado Câmara Municipal delibera nos termos do artigo 20.º n.º 3 alínea a) do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro, que o republica, DEFERIR o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar que:

1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

2- Face à existência de poço no prédio, caso o meio de extração dos recursos hídricos seja superior a 5 cv, deverá o requerente fazer prova de posse de título de utilização para captação de água subterrânea, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na redação da Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto, e Despacho n.º 14872/2009, de 02 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 457/15, DATADO DE 07/04/2015 – PC N.º 23/15, DATADO DE 22/01/2015 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.

282 - Presente pedido com o registo n.º 457/15, datado de 07/04/2015, com a apresentação dos projetos de especialidade relativos a **licenciamento de ampliação de edifício comercial (Supermercado)**, sito na Avenida José Henriques Vareda, n.º 122, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8716 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18576, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 23/15, com data de entrada de 22/01/2015, apresentado por **MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A.**, com o NIPC 502 011 475, com sede na rua João Mendonça, n.º 529, 7.º, Senhora da Hora, freguesia de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 19/02/2015;

Presente informação técnica, datada de 17/04/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 20/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a

licenciamento de ampliação de edifício comercial (Supermercado), sito na Avenida José Henriques Vareda, n.º 122, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8716 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18576, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 23/15, com data de entrada de 22/01/2015, apresentado por MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, S.A., com o NIPC 502 011 475, com sede na rua João Mendonça, n.º 529, 7.º, Senhora da Hora, freguesia de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, concelho de Matosinhos.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 413/15, DATADO DE 23/06/2015 – PC N.º 334/14, DATADO DE 03/10/2014 – AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA

283 - Presente pedido com o registo n.º 413/15, datado de 26/03/2015, com a apresentação dos projetos de especialidade relativos a **licenciamento da construção de um edifício destinado a oficina auto**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11.327, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 334/14, com data de entrada de 03/10/2014, apresentado por **AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA.**, com o NIPC 505 484 420, com sede na Rua de Leiria n.º 122, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 22/12/2014;

Presente informação técnica, datada de 17/04/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 20/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento da construção de um edifício destinado a oficina auto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11.327, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 334/14, com data de entrada de 03/10/2014, apresentado por AUTO EMBRA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA., com o NIPC 505 484 420, com sede na Rua de Leiria n.º 122, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 137/15, DATADO DE 30/01/2015 – PC N.º 382/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.

284 - Presente pedido com o registo n.º 137/15, datado de 30/01/2015 relativo a apresentação de projetos de especialidade referentes a processo de licenciamento de construção de um edifício industrial, na Rua Zeca Afonso, Comeiras/Pedrulheira, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.143, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 382/14, com data de entrada de 30/10/2014, apresentado por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA., com o NIPC 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 11/12/2014;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Presente informação técnica, datada de 11/02/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de construção de um edifício industrial, na Rua Zeca Afonso, Comeiras/Pedrulheira, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.143, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 382/14, com data de entrada de 30/10/2014, apresentado por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA., com o NIPC 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando a emissão do respetivo alvará de licença de construção condicionada à prévia prestação da caução relativa à realização das obras de urbanização constantes do processo n.º 383/14, nos termos do n.º 3 do artigo 25º do RJUE.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 475/15, DATADO DE 09/04/2015 – PC N.º 383/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA

285 - Presente pedido com o registo n.º 475/15, datado de 09/04/2015 relativo a **obras de urbanização**, a realizar no âmbito do processo de licenciamento n.º 382/14, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 383/14, com data de entrada de 30/10/2014, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.**, com o NIPC 504 583 875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 24/04/2015, que atesta encontrarem-se os projetos relativos às obras de urbanização pretendidas devidamente elaborados e em condições de merecer deferimento.

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a realizar no âmbito do processo de licenciamento n.º 382/14, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 383/14, com data de entrada de 30/10/2014, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.**, com o NIPC 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, no valor de 44.597,43 € (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete euros e quarenta e três cêntimos);

4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 384/15, DATADO DE 23/03/2015 – PC N.º 80/15, DATADO DE 23/03/2015 – WOK ASIA - RESTAURANTE UNIPessoal LDA.

286 - Presente pedido com o registo n.º 384/15, datado de 23/03/2015 relativo a **licenciamento de obras de alteração para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas**, na fração “I” do edifício “C”, sito na Estrada de Leiria, n.º 227, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.880 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.173, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 80/15, com data de entrada de 23/03/2015, apresentado por **WOK ASIA - RESTAURANTE UNIPESSOAL LDA**, com o NIPC 513 288 538, com sede na Rua Manuel Pereira Roldão, n.º 16-A, R/C Esq.º, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 23/04/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura elaborado em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, encontrando-se igualmente os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, propondo o seu deferimento.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, na fração “I” do edifício “C”, sito na estrada de Leiria, n.º 227, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.880 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.173, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 80/15, com data de entrada de 23/03/2015, apresentado por **WOK ASIA - RESTAURANTE UNIPESSOAL LDA**, com o NIPC 513 288 538, com sede na Rua Manuel Pereira Roldão, n.º 16-A, R/C Esq.º, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 — Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 277/15, DATADO DE 04/03/2015 – PC N.º 60/15, DATADO DE 04/03/2015 – VANDO JOSÉ SILVA ROSA

287 - Presente requerimento n.º 277/15, datado de 2015/03/04, constante do processo camarário n.º 60/15, subscrito por VANDO JOSÉ SILVA ROSA, com o NIF 247902926, com domicílio fiscal em Rua dos Francos, n.º 136, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de *“Demolição do existente e construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Francos, n.º 59, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.375 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5.920, correspondente ao lote n.º 3 do loteamento urbano levado a efeito através do alvará de loteamento n.º 2/81, datado de 1981/02/04, emitido em nome de Carlos Francisco Franco e outros.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2015/04/27 referentes aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Demolição do existente e construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Francos, n.º 59, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.375 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5.920, correspondente ao lote n.º 3 do loteamento urbano levado a efeito através do alvará de loteamento n.º 2/81, datado de 1981/02/04, emitido em nome de Carlos Francisco Franco e outros, com o número de processo 60/15, com data de entrada em 2015/03/04, apresentado VANDO JOSÉ SILVA ROSA, com o NIF 247902926, com domicílio fiscal em Rua dos Francos, n.º 136, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Francos, com largura de 2,25 m e pavimentação da respetiva zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 564/15, DATADO DE 24/04/2015 – PC N.º 367/12, DATADO DE 18/12/2012 – AUGUSTO PEREIRA PINTO

288 - Presente processo n.º 367/12, registado em 2012/12/18, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração (legalização) realizadas no edifício de habitação com dois fogos, sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 102 e n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.448 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.868, apresentado por **AUGUSTO PEREIRA PINTO**, com o NIF 113979193, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/05/08;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, formulados nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2015/04/24, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento;

Após a análise do processo n.º 367/12, registado em 2012/12/18, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração (legalização) realizadas no edifício de habitação com dois fogos, sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 102 e n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1474 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.448 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.868, apresentado por **AUGUSTO PEREIRA PINTO, com o NIF 113979193, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Engenho, Freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/05/08, e do parecer técnico datado de 2015/04/24 que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Deverá assegurar a instalação de bateria de recetáculos postais domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 4- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 346/15, DATADO DE 17/03/2015 – PC N.º 161/14, DATADO DE 13/05/2014 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA

289 - Presente pedido de licenciamento de alterações da moradia (legalização) e construção de anexos (legalização), sitos na Rua de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.887 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 637, com processo n.º 161/14, registado em 2014/05/13, apresentado por **ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA**, com o NIF 113608829, residente na Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/02/05;

Presentes termos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, formulados nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2015/04/24, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento;

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – para a construção de habitação e anexos, n.º A000596.2015.RH4, com início em 2015/01/01, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA.

Após a análise do pedido de licenciamento de alterações da moradia e construção de anexos (legalização), erigidos no prédio urbano sito na Rua de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o n.º 5887 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 637, com

processo n.º 161/14, registado em 2014/05/13, apresentado por ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA, com o NIF 113608829, residente na Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/02/15, da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos, para a construção de habitação e anexos, n.º A000596.2015.RH4, com início em 2015/01/01, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, bem como do parecer técnico datado de 2015/04/24 que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 – Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 4 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 573/15, DATADO DE 27/04/2015 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.

290 - Presente pedido com o registo n.º 573/15, datado de 27/04/2015 relativo a **obras de urbanização**, a realizar no âmbito do processo de licenciamento n.º 32/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado por **VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**, com o NIPC 503 536 725, com sede na rua de Leiria, n.º 210, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrarem-se os projetos relativos às obras de urbanização pretendidas devidamente elaborados e em condições de merecer deferimento.

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a realizar no âmbito do processo de licenciamento n.º 32/15, com data de entrada de 02/02/2015, apresentado por VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede na Rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento, devendo igualmente comunicar aos serviços técnicos da Câmara, solicitando autorização e acompanhamento dos trabalhos de ligação à conduta de abastecimento público de água.
- 3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, no valor de 21.429,40 € (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e nove euros e quarenta cêntimos);
- 4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 507/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 384/14, DATADO DE 31/10/2014 – PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO

291 - Presente processo n.º 384/14, registado em 2014/10/31, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de uma obra de alteração e ampliação da moradia e de construção de anexo, sitos na Rua Pires de Campos n.º 88, na freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.842 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 1787, apresentado por PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO, com o NIF 205730655, residente na Rua Professor Egas Moniz, n.º 12 - 6º d.to, na localidade de Quinta do Marques, freguesia e concelho de Oeiras, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de 2015/04/02;

Presentes termos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, formulados nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2015/04/24, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento;

Após a análise do processo n.º 384/14, registado em 2014/10/31, referente a pedido de licenciamento (legalização) de uma obra de alteração e ampliação da moradia e de construção de anexo, sitos na Rua Pires de Campos n.º 88, na freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.842 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 1.787, apresentado por PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO, com o NIF 205730655, residente na Rua Professor Egas Moniz, n.º 12 - 6.º d.to, na localidade de Quinta do Marques, freguesia e concelho de Oeiras, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/04/02, e do parecer técnico datado de 2015/04/24 que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2- Deverá assegurar a instalação de recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.**
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 4- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 497/15, DATADO DE 15/04/2015 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA

292 - Presente pedido com o registo n.º 497/15, datado de 15/04/2015, apresentando os projetos de especialidades relativos a licenciamento de **alterações em obra** ao abrigo do

artigo 83.º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, numa unidade industrial sita na Rua 1.ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por **ICEBEL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA.**, com o NIPC 501 735 283, com sede na Rua 1.ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/07/2014;

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 27/04/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações em obra ao abrigo do artigo 83.º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, numa unidade industrial sita na Rua 1.ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por ICEBEL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA., com o NIPC 501 735 283, com sede na rua 1.ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/07/2014.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer o averbamento do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, assim como o original do alvará de licença de construção inicialmente emitido.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá

efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 440/15, DATADO DE 01/04/2015 – PC N.º 41/15, DATADO DE 11/02/2015 – MOLDES CATARINO, LDA.

293 - Presente requerimento com o registo n.º 440/15, datado de 01/04/2015, contendo as **alegações** apresentadas em sede de **audiência prévia**, relativas à proposta de indeferimento do pedido de **legalização de alterações e ampliações** efetuadas numa **unidade industrial**, instalada na Rua Nova do Moinho de Cima, n.º 12, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20014 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19893-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 41/15, com data de entrada de 11/02/2015, apresentado por **MOLDES CATARINO, LDA.**, com o NIPC 501 193 820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, n.º 12, Albergaria, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 08/04/2015, que refere que as alegações apresentadas em sede de audiência prévia, **não** permitem sanar as questões relativas à violação da cêrcea máxima admitida para o local, estabelecida no n.º 10 do artigo 5º do PDM da Marinha Grande, que se encontram na base do projeto de indeferimento do seu pedido, de que se notificou, por deliberação tomada em reunião de Câmara de 05/03/2015, a interessada.

A Câmara analisou os elementos constantes do processo, e considerando que:

- 1.- Por deliberação tomada em reunião de Câmara datada de 5 de março de 2015, procedeu – se à notificação da interessada, pelo ofício n.º 202/15, datado de 09 de março de 2015, do respetivo projeto de indeferimento, referindo as razões de facto e de direito para o mesmo, concedendo 15 dias para a apresentação, em sede de audiência prévia das alegações que se lhe oferecesse sobre tal decisão;**
- 2.- O ofício foi rececionado a 13/03/2015;**
- 3.- A 1 de abril de 2015, dentro do prazo concedido, foram apresentadas as alegações que a interessada entendeu pertinentes face ao projeto de indeferimento do seu processo;**
- 4.- A empresa requerente procedeu a obras de construção, que agora pretende legalizar, sem apresentar atempadamente o necessário processo de licenciamento nem obter previamente o respetivo alvará de licença de construção;**
- 5.- Na análise técnica ao projeto apresentado no âmbito do presente processo de legalização, verificou-se que a dimensão vertical da quase totalidade das fachadas do edifício em causa foi aumentada em cerca de 2,0m com a colocação de platibandas;**

6.- Nos termos da alínea e) do n.º 5 do artigo 4º do regulamento do PDM da Marinha Grande, considera-se cêrcea, ou altura dos edifícios *“(...)a dimensão vertical da construção contada a partir do ponto de cota média de implantação até à linha superior da platibanda, varanda ou beirado da cobertura (...)”*;

7.- O edifício em causa apresentava, antes da realização das obras não licenciadas e de acordo com o processo de licenciamento anterior, uma cêrcea medida ao beirado de 6,5m;

8.- A cêrcea máxima admitida no aglomerado urbano de Albergaria, onde se situa a unidade industrial em causa, é de 6,5 m, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDM da Marinha Grande;

9.- Este valor é contrariado pela elevação da cêrcea do edifício para uma altura de 8,5 m, razão de facto que se encontra na base do projeto de indeferimento do presente processo;

10.- As alegações apresentadas pela interessada referem que foi por esta indicado, junto do Ministério da Economia (ME), em sede de licenciamento industrial, e da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), para obtenção da respetiva certidão de localização, que o edifício pretendido apresentava cêrceas distintas e mais elevadas do que os 6,5m previstos pelo PDM, invocando que a aceitação por parte dessas entidades de tais valores, respetivamente de 7,5 m e entre 3,7 e 7,5 m, indicaria um entendimento diverso por parte das mesmas face ao do da Câmara relativamente à aplicabilidade de tal parâmetro;

11.- Os pareceres emitidos no âmbito do licenciamento industrial por parte das entidades mencionadas no número anterior são proferidos no contexto específico das suas competências e não se sobrepõem ou substituem o necessário licenciamento municipal das obras, cuja competência é da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos instrumentos de gestão territorial em vigor;

12.- Mantêm-se os pressupostos legais e regulamentares que se encontram na base do projeto de indeferimento cuja notificação foi comunicada por deliberação de Câmara datada de 5 de março de 2015;

DELIBERA, por se ter demonstrado que as alegações não apresentaram factos novos que possam alterar o sentido da decisão, INDEFERIR, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações e ampliações efetuadas numa unidade industrial, instalada na Rua Nova do Moinho de Cima, n.º 12, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20014 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19893-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 41/15, com data de entrada de 11/02/2015, apresentado por MOLDES CATARINO, LDA., com o NIPC 501 193 820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, por propor uma cêrcea de 8,5 m de altura, violando a cêrcea máxima admitida para o local por força do disposto no n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDM.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente pois o parecer técnico refere que existe uma violação ao PDM”.

O Sr. Vereador Paulo Vicente subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

20 - REQ. N. 536/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 122/15, DATADO DE 21/04/2015 – INVESTMENTS 2234 PTC-SOCIEDADE IMOBILIARIA COMPRA IMOVEIS REVENDA UNIPESSOAL LDA.

294 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 536/15 de 21/04/2015, apresentado por INVESTMENTS 2234 PTC-SOCIEDADE IMOBILIARIA COMPRA IMOVEIS REVENDA UNIPESSOAL LDA, com o NIPC 509105300, com sede em Campo Grande, 137, 1.º Dt.º, freguesia de Campo Grande, concelho de Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua António Batista, n.º 14, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 672/1997, em nome de Manuel Vieira Frazão.

Presente parecer técnico datado 24/04/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 1 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito na Rua António Batista, n.º 14, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de INVESTMENTS 2234 PTC-SOCIEDADE IMOBILIARIA COMPRA IMOVEIS REVENDA UNIPESSOAL LDA, com o NIPC 509105300, com sede em Campo Grande, 137, 1.º Dt.º, freguesia de Campo Grande, concelho de Lisboa, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 529/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 119/15, DATADO DE 21/04/2015 – REDOLFINA MARTINS RINO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

295 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 529/15 de 21/04/2015, apresentado por REDOLFINA MARTINS RINO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, com o NIPC 707837839, representado por Virgílio Martins Índio, com morada em Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 25, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 25, freguesia e concelho da Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 59/1994, titulada pelo alvará de construção n.º 935, emitido em 21/12/1995, em nome de Manuel Vieira Frazão. Presente parecer técnico datado 24/04/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 1 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará ao edifício sito na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 25, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de REDOLFINA MARTINS RINO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, com o NIPC 707837839, representado por Virgílio Martins Índio, com morada em Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 25, freguesia e concelho da Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 459/15, DATADO DE 07/04/2015 – PC N.º 127/2015, DATADO DE 07/04/2015 – ÁLVARO MONTEIRO

296 - Presente requerimento registado sob o n.º 459/15, datado de 07/04/2015, apresentado por **ÁLVARO MONTEIRO**, com o NIF 105307971, residente em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria ao imóvel de que é arrendatário, face à alegada degradação do mesmo, de modo a que possam ser aferida as condições de higiene, segurança e salubridade do imóvel, atendendo a que este é habitado por pessoas com problemas de saúde e crianças.

Presente parecer dos serviços, datado de 13/04/2015, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 13/04/2015, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, propriedade de MARIA DA CONCEIÇÃO PEDROSO DOS SANTOS, residente em Rua do Crespo, n.º 15, lugar de Casal do Arqueiro, freguesia e concelho de Batalha, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 20/05/2015, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR a proprietária do imóvel, da realização da vistoria, convocando-a para estar presente na mesma.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

INFORMAR o requerente e a proprietária do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 533/15, DATADO DE 21/04/2015 – PC N.º 144/2015, DATADO DE 21/04/2015 – CARLOS ALBERTO CUNHA VELHO

297 - Presente requerimento registado sob o n.º 533/15, datado de 21/04/2015, apresentado por **CARLOS ALBERTO CUNHA VELHO**, com o NIF 168282054, residente em Rua Prof. José Custódio Moraes, n.º 5, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, através do qual é solicitada uma vistoria ao imóvel de que é proprietário, sito na Quinta das Nespereiras, Lote G-5, rés-do-chão esquerdo, arrendado a **JOÃO MANUEL INÁCIO NEVES**, face à alegada existência de infiltrações no teto da casa de banho, provenientes da fração correspondente ao primeiro andar direto, fração “E”, propriedade de **DANIELA HENRIQUES PEREIRA DA CRUZ**, com o NIF 219267146, de modo a que possam ser aferidas as condições de segurança, higiene e salubridade

Presente parecer dos serviços, datado de 27/04/2015, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 24/04/2015, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito Quinta das Nespereiras, Lote G-5, rés-do-chão esquerdo, propriedade de **CARLOS ALBERTO CUNHA VELHO, com o NIF 168282054, residente em Rua Prof. José Custódio Moraes, n.º 5, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como ao imóvel correspondente à fração “E”, primeiro andar direto, do mesmo prédio, propriedade de **DANIELA HENRIQUES PEREIRA DA CRUZ**, com o NIF 219267146, da qual, alegadamente, provêm as infiltrações na casa de banho do apartamento objeto do presente pedido, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.**

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 20/04/2015, pelas 11h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR a proprietário da fração confinante, **DANIELA HENRIQUES PEREIRA DA CRUZ**, com o NIF 219267146, da realização da vistoria, convocando-a para estar presente na mesma, dado que, alegadamente, os problemas na fração da requerente resultam de infiltrações provenientes do seu imóvel.

NOTIFICAR o inquilino, **JOÃO MANUEL INÁCIO NEVES**, residente na Quinta das Nespereiras, Lote G-5, rés-do-chão esquerdo, para franquear a porta de modo a permitir a realização da vistoria agendada.

INFORMAR o requerente, proprietário do imóvel, o inquilino, bem como a proprietária da fração confinante, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - E/1291/2015 – COMUNICAÇÃO DA GNR SOBRE DENÚNCIA RELATIVA A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E EXISTÊNCIA DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO PARA O EXTERIOR DO EDIFÍCIO ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O ESTABELECIMENTO DENOMINADO “CAFÉ PIRRAÇA” – DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS

298 - Presente informação da Guarda Nacional Republicana relativa à denúncia contra o estabelecimento denominado “Café Pirraça”, sito em Rua do Bairro, Casal D’Anja, Vieira de Leiria, registado sob o número E/1291/2015, de 04/02/2015, referente a eventual ocupação indevida do espaço público.

Presentes pareceres internos de técnicos da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, datados de 02/03/2015 e 23/03/2015, nos quais se manifestam dúvidas, quer quanto à existência de execução de obras no edifício sem o necessário licenciamento municipal, quer quanto às condições de funcionamento do próprio estabelecimento.

Presente parecer interno com o registo de entrada nº I/546/2015, datado de 27/04/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização de vistoria para verificação da conformidade do edifício sito na Rua do Bairro, Casal D’Anja, Vieira de Leiria, onde está instalado o estabelecimento de bebidas, “Café Pirraça”, cuja entidade exploradora é João Covas Pirraça, com morada na Rua do Bairro, n.º 38, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, ao abrigo do previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04. e nos artigos 94.º e 96.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou as referidas informações e, nos termos do nº 1 do artigo 90.º e nº 2 do artigo 96.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Bairro, Casal D'Anja, Vieira de Leiria, onde está instalado o estabelecimento de bebidas, “Café Pirraça”, cuja entidade exploradora é João Covas Pirraça, com morada na Rua do Bairro, nº 38, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Membros suplentes:

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

INFORMAR a entidade exploradora do estabelecimento que, nos termos do nº 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

SOLICITAR a colaboração, para a realização de vistoria conjunta, da ACES Pinhal Litoral II, no sentido de indicarem os peritos a integrar a Comissão de Vistorias, para verificação das matérias no âmbito das suas competências.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 884/11, DATADO DE 28/04/2011 – PC N.º 69/09, DATADO DE 14/04/2009
– IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO

299 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*Legalização da alteração/ampliação*” de edificação existente, nomeadamente a legalização de alterações interiores e exteriores da edificação principal, a legalização da construção de anexos de apoio a esta e a legalização da construção de muros de vedação, levadas a efeito num prédio urbano sito na Rua do Cartaxo, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14312 e inscrito

na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o n.º 8612, a que foi atribuído o número de processo 69/09, apresentado por IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO, com o NIF 119197480, com residência no Largo do Mercado Velho, n.º 4 – r/c, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.
Presente informação técnica datada de 2015/04/20.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/04/20, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,
1. Considerando que a interessada, IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO, com o NIF 119197480, com residência no Largo do Mercado Velho, n.º 4 – r/c, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de *“Legalização da alteração/ampliação”* de edificação existente, a que foi atribuído o número de processo 69/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Cartaxo, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2012/10/04, comunicada através do ofício n.º 880/12, de 2012/10/08, rececionado em 2012/10/11;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/10/12 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

3. Considerando que a interessada apresentou a coberto do requerimento n.º 2083/12, de 2012/12/20, o pedido de emissão do alvará de obras de construção, tendo sido notificada a completar devidamente o mesmo, através dos ofícios números 85/13, datado de 2013/01/24 e 272/13, datado de 2013/03/19, tendo sido indeferido por Despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 2015/03/25, comunicado através do ofício n.º 297/15, de 2015/04/06, rececionado em 2015/04/08, por falta de apresentação de todos os elementos instrutórios previstos no n.º 1 do n.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março;

4. Considerando decorrido o prazo referido no ponto 2 para a interessada solicitar a emissão do alvará de construção, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de *“Legalização da alteração/ampliação”* de edificação existente, nomeadamente a legalização de alterações interiores e exteriores da edificação principal, a legalização da construção de anexos de apoio a esta e a legalização da construção de muros de vedação, levadas a efeito num prédio urbano sito na Rua do Cartaxo, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.312 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o n.º 8.612, a que foi atribuído o número de processo 69/09, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo

Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente IDALINA RAFAEL DENIS MOUCO, com o NIF n.º 119197480, com residência no Largo do Mercado Velho, n.º 4 – r/c, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 506/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 729/07, DATADO DE 27/12/2007 – OLIVOCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA

300 - Presente processo de licenciamento n.º 729/07, em nome de Olivochen – Representação e Fabricação de Equipamentos, Lda, com o NIF 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro de 1934, n.º 2, 1.º andar, sala E, freguesia e concelho da Marinha Grande, referente à obra de legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro, executada no prédio sito na Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 671, lote 24, Lugar de Gaeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.
Presentes alegações escritas, apresentadas em sede de audiência prévia, com o registo de entrada n.º 506/15, datadas de 16-04-2015.

A Câmara Municipal analisou as alegações escritas apresentadas, em sede de audiência prévia, por Olivochen – Representação e Fabricação de Equipamentos, Lda, titular do processo de licenciamento n.º 729/07 referente à obra de legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro, e considerando que:

- A interessada foi notificada em 06-04-2015, para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar, ao abrigo dos ns.º 2 e 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro – RJUE - a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 11-06-2013, para legalização das obras já mencionadas, em virtude de não ter requerido o alvará de licença de construção dentro do prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE;

- Nas suas alegações a interessada afirmou estar interessada na conclusão do processo de licenciamento, cujas obras foram já objeto de um processo de contraordenação e se encontram concluídas;

- Invocou, ainda, a circunstância da conjuntura económica mundial ter obrigado a gerência a desenvolver a sua atividade no estrangeiro, levando a que alguns assuntos fossem descurados, como é o caso do licenciamento em causa, em que deixou correr o prazo legal para requerer o respetivo alvará;

Delibera atender aos motivos invocados por Olivochen – Representação e Fabricação de Equipamentos, Lda, com o NIF 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro de 1934, n.º 2, 1.º andar, sala E, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de

licenciamento n.º 729/07, referente à legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro, executada no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14182 e inscrito na matriz predial sob o artigo 18681, sito na Rua Professor Dr. José Custódio de Morais, n.º 671, lote 24, Lugar de Gaeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, e não declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária tomada em 11-06-2013 por, desta forma, melhor se acautelar o interesse público de um correto ordenamento do território, não deixando que situações ilegais perdurem no tempo, mantendo-se, assim, os efeitos da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N. 505/15, DATADO DE 16/04/2015 – PC N.º 680/07, DATADO DE 23/11/2007 – OLIVOCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA

301 - Presente processo de licenciamento n.º 680/07, em nome de Olivochen – Representação e Fabricação de Equipamentos, Lda, com o NIF 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro de 1934, n.º 2, 1.º andar, sala E, freguesia e concelho da Marinha Grande, referente à obra de legalização de alterações ao projeto de construção de habitação unifamiliar e muros de vedação, executada no prédio sito na Rua Professor Dr. José Custódio de Morais, n.º 671, lote 23, Lugar de Gaeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes alegações escritas, apresentadas em sede de audiência prévia, com o registo de entrada n.º 505/15, datadas de 16-04-2015.

A Câmara Municipal analisou as alegações escritas apresentadas, em sede de audiência prévia, por Olivochen – Representação e Fabricação de Equipamentos, Lda, titular do processo de licenciamento n.º 680/07 referente à obra de legalização de alterações ao projeto de construção de habitação unifamiliar e muros de vedação e considerando que:

- A interessada foi notificada em 06-04-2015, para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar, ao abrigo dos ns.º 2 e 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro – RJUE - a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 11-06-2013, para legalização das obras já mencionadas, em virtude de não ter requerido o alvará de licença de construção dentro do prazo previsto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE;
- Nas suas alegações a interessada afirmou estar interessada na conclusão do processo de licenciamento, cujas obras foram já objeto de um processo de contraordenação e se encontram concluídas desde 2008;
- Invocou, ainda, a circunstância da conjuntura económica mundial ter obrigado a gerência a desenvolver a sua atividade no estrangeiro, levando a que alguns assuntos fossem descurados, como é o caso do licenciamento em causa, em que deixou correr o prazo legal para requerer o respetivo alvará;

Delibera atender aos motivos invocados por Olivochen – Representação e Fabricação de Equipamentos, Lda, com o NIF 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro de 1934, n.º 2, 1.º andar, sala E, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 680/07, referente à legalização de alterações ao projeto de construção de habitação unifamiliar e muros de vedação (inicialmente aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 29-07-2011, com alvará de construção n.º 351/07, emitido em 21-12-2007) executadas no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14181 e inscrito na matriz predial sob o artigo 16891, sito na Rua Professor Dr. José Custódio de Morais, n.º 671, lote 23, Lugar de Gaeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, e não declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária tomada em 11-06-2013 por, desta forma, melhor se acautelar o interesse público de um correto ordenamento do território, não deixando que situações ilegais perdurem no tempo, mantendo-se, assim, os efeitos da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N. 1856/10, DATADO DE 25/06/2010 – PC N.º 143/07, DATADO DE 27/02/2007 – NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA.

302 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de uma moradia, anexo e muro de vedação, respeitante ao processo n.º 143/07, registado em 2007/02/27, para o prédio sito na Rua da Escola, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.533 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.861, apresentado por **NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA**, com o NIPC 507585089, com sede na Rua do Comércio n.º 25, lugar e freguesia de Carvide, município de Leiria.

Presente deliberação camarária datada de 2014/12/11, pela qual foi concedido à Sociedade requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 10 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/04/14, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/04/14, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a Sociedade requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1- Considerando que a interessada, **NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA**, com o NIPC 507585089, com sede na Rua do Comércio n.º 25, lugar e freguesia de Carvide, município de Leiria, foi notificada da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação, para o

prédio sito na Rua da Escola, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 09533 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.861, tomada na reunião de Câmara Municipal de 2010/11/25, a qual foi comunicada à sociedade interessada através do ofício n.º 1364/10, de 2010/11/30, rececionado em 2010/12/09;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a sociedade interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2011/12/10, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

3- Considerando que o prazo foi ainda prorrogado, a pedido da sociedade interessada, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º;

4- Considerando que a sociedade interessada tinha até 2012/12/10 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71º do RJUE;

6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

7- Considerando que a sociedade requerente foi notificada da intenção de ser declarada a caducidade da licença mediante o nosso ofício n.º 1316/14, datado de 2014/12/12, rececionado em 2015/03/20, concedendo-lhe um prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, apresentar as alegações que entendesse pertinentes, ou seja, até, 2015/04/06, e que não o fez;

8. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida pela decisão tomada na reunião de Câmara Municipal de 2010/11/25, referente ao processo n.º 143/07, registado em 2007/02/27, para obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação, no prédio sito na Rua da Escola, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.533 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.861, apresentado por NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA, com o NIPC 507585089, com sede na Rua do Comércio n.º 25, lugar e freguesia de Carvide, município de Leiria, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQ. N. 557/15, DATADO DE 23/04/2015 – PC N.º 892/05, DATADO DE 29/12/2005 – BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE S.A. - ALTERAÇÃO DE CONDIÇÃO PARA ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS

303 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 557/15 de 23-04-2015, apresentado por Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde S.A, com sede no Edifício Pinus Park, Estrada de Leiria 212, 2.º, freguesia e concelho da Marinha Grande, NIF 506983960, a solicitar a revisão de uma das condições impostas na deliberação camarária de 02-04-2015, que isentou a referida sociedade do pagamento de taxas municipais, devidas pela realização da operação urbanística de construção de um empreendimento, sito no Lugar da Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinado à prestação de cuidados de saúde continuados e paliativos.

A Câmara Municipal analisou o requerimento acima identificado, a solicitar a revisão de uma das condições impostas na deliberação camarária de 02-04-2015, que isentou a referida sociedade do pagamento de taxas municipais e, considerando as alternativas apresentadas pela interessada, nomeadamente:

- Que a criação dos 35 postos de trabalho ocorra, não no prazo de 6 meses, como imposto naquela deliberação, mas sim no prazo de 24 meses, período de tempo previsível para que a lotação máxima do empreendimento seja atingida,
ou

- Que seja autorizada “a apresentação gradual do aumento de número de colaboradores, sendo que o prazo de um ano de obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho conte a partir do momento” em que se atinja o número de trabalhadores imposto na dita deliberação,

Delibera - face aos argumentos apresentados, por Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde S.A, com sede no Edifício Pinus Park, Estrada de Leiria 212, 2.º, freguesia e concelho da Marinha Grande, NIF 506983960, para alterar os termos da deliberação proferida em 02-04-2015, respeitante a uma das condições impostas para isenção de taxas devidas pela realização da operação urbanística de construção de uma unidade médica, destinada à prestação de cuidados de saúde continuados e paliativos, designadamente a necessidade de preencher os postos de trabalho gradualmente e em sintonia com a ocupação da mesma – aceitar, de modo a garantir a viabilidade económica do empreendimento, o prazo de 24 meses (contado a partir da data da emissão da autorização de utilização, para a criação de 35 postos de trabalho devidamente comprovados mediante declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social) por, de entre as duas alternativas apresentadas, ser a que melhor acautela o interesse público, na medida em que o prazo se encontra claramente delimitado no tempo.

A isenção concedida através da dita deliberação e as suas condições ficam exaradas em contrato cuja minuta, que igualmente se aprova, se dá por integralmente reproduzida e se anexa (Anexo 1).

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereadora Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“O facto de o processo vir novamente a reunião, depois do requerente ter vindo ao processo reconhecer que não tem condições para cumprir a deliberação e requerer a alteração das condições impostas, no sentido em que mais lhe convém, reitera os fundamentos que a Ana Alves Monteiro, em minha substituição, na reunião de 2 de abril, invocou no processo. A administração está a moldar-se à vontade do requerente e não à prossecução do interesse público.

Estranhamento o processo não é acompanhado por parecer técnico e apenas de uma minuta de deliberação que desconhecemos quem a estudou e quem atesta a responsabilidade sobre ela, bem como os termos de um contrato que se pretende celebrar no âmbito desta isenção.

Tendo o Sr. Presidente referido que a justificação da proposta de isenção das taxas se justifica no desenvolvimento económico ou social e interesse público ou social da operação urbanística em apreço (cf. Ata da reunião de 2.04.2015), continuo a considerar que o processo não está devidamente fundamentado, designadamente quanto ao interesse público. Reconheço a inequívoca importância da construção de equipamentos sociais e de saúde, a mais valia da criação de emprego que este tipo de estrutura promove, mas entendo que o objecto desta operação urbanística não é enquadrável na classificação de interesse público. Por definição, o “interesse público” é o interesse colectivo, é o interesse geral de uma determinada comunidade, é o bem-comum devendo garantir-se a igualdade de tratamento na administração (cf. n.º 1 art. 266º CRP e o art. 5.º CPA). No caso em apreço e nas considerações apresentadas não se vislumbra que se trate de um bem comum quando o promotor é uma entidade com fins lucrativos, uma sociedade anónima, que tem por objecto “alojamento, a prestação de cuidados de saúde e a prestação de serviços de âmbito recreativo, social e cultural para idosos, crianças e deficientes” e poderá ainda associar-se em “agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou outras associações de pessoas coletivas”. No entanto, em termos de impacto no desenvolvimento económico e social reconheço a importância deste investimento. Se o programa de Apoio ao Desenvolvimento tivesse acolhido a proposta do MpM-Movimento pela Marinha, agora estaríamos em condições inequívocas de isentar estas taxas apoiando o desenvolvimento económico e social que este projecto pode significar. Entendo que a isenção deve ser aprovada pelo órgão deliberativo, assembleia municipal.”

30 - REQ. N. 303/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 38/10, DATADO DE 09/03/2010 – MOLDOESTE - INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.

304 - Presente processo de licenciamento relativo a **alteração e ampliação de edifício industrial existente**, com obras de urbanização, sito em Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.308 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.285, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/10, com data de entrada de 09/03/2010, apresentado por **MOLDOESTE – INDÚSTRIA**

DE MOLDES, LDA, com o NIPC 501 995 366, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, Lt 16 – Apart 370, freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovado em reunião de câmara de 20/03/2014;

Presente informação técnica datada de 23/04/2015, informando ter decorrido o prazo de um ano sem que a interessada viesse solicitar a emissão do respetivo alvará de licença de construção, propondo a declaração de caducidade da licença relativa ao presente processo;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 23/04/2015, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e considerando que:

- 1.- A interessada, **MOLDOESTE – INDÚSTRIA DE MOLDES, LDA**, com o NIPC 501 995 366, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, Lt 16 – Apart 370, freguesia e concelho da Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de **alteração e ampliação de edifício industrial existente**, com obras de urbanização, sito em Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.308 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.285, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/10, com data de entrada de 09/03/2010, tomada em reunião camarária de 20/03/2014, através do ofício n.º 332/14, de 24/03/2014, rececionado em 26/03/2014;
- 2- Sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 27/03/2015, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
- 3- A interessada tinha a possibilidade, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, de solicitar a prorrogação do prazo inicialmente conferido por mais um ano, o que não fez;
- 4- A interessada tinha até ao dia 27/03/2015 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 5- O decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da referida licença, DELIBERA, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar a requerente, Moldoeste – Indústria de Moldes, Lda, com o NIPC 501 995 366, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, Lt 16 – Apart 370, freguesia e concelho da Marinha Grande para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o projeto de caducidade da licença referente ao processo n.º 38/10 relativo a alteração e ampliação de edifício industrial existente, com obras de urbanização, sito em Tojeira de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.308 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.285, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REQ. N. 215/15, DATADO DE 19/02/2015 – PC N.º 68/2015, DATADO DE 19/02/2015 – JOSÉ MANUEL GOMES PARRACHO

305 - Presente informação da chefe da Divisão de Ordenamento do Território datada de 22 de abril de 2015, que refere que na sequência de contacto estabelecido com **JOSÉ MANUEL GOMES PARRACHO**, com o NIF 161466907, residente na Rua Adriano Marques, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, tomou conhecimento que a certidão, por ele solicitada, se destina a corrigir um erro constante de uma certidão passada em 22-01-2007.

- Considerando que no dia 2 de abril de 2015, esta Câmara Municipal deliberou indeferir o pedido de isenção do pagamento das taxas devidas por José Manuel Gomes Parracho, pelo pagamento de uma certidão respeitante à certificação da morada de uma construção licenciada em 1973, em virtude de o mesmo não ter enquadramento legal;
- Considerando que esta Câmara Municipal tomou agora conhecimento, através da informação da chefe da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 22-04-2015, que, em 22-01-2007, foi emitida uma certidão, a pedido do interessado acima identificado, em que se declara que foi emitido o alvará de licença de construção n.º 863 de 25-10-1973, para construção de uma alpendrada destinada a arrecadação de alfaías agrícolas, com a área de 15 m², em nome de Albina da Luz Gomes, para um prédio sito no Lugar de Embrá, da freguesia e concelho da Marinha Grande, quando na verdade o mencionado prédio se situa no Lugar de Comeira;
- Considerando que essa circunstância - incorreta identificação do lugar onde se localiza o prédio - não pode ser imputada ao interessado;
- Considerando que a certidão agora pretendida destina-se a corrigir o erro então cometido;
- Considerando que detetado qualquer erro material nos documentos por si emitidos, a Câmara Municipal tem o dever de o corrigir;

A Câmara Municipal delibera emitir uma nova certidão com a localização exata do prédio, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 863 de 25-10-1973, deferindo assim o pedido registado sob o n.º 215/15, datado de 19-02-2015, apresentado por José Manuel Gomes Parracho, residente na Rua Adriano Marques, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande por ter tomado conhecimento desse facto, já depois de tomada a deliberação de 02-04-2015, que inicialmente o tinha indeferido com base em

pressupostos de facto (situação económica do interessado) que não têm qualquer suporte legal.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS A ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

Assunto retirado da ordem do dia.

33 - PROCESSO N.º 254/10. PARECERES JURÍDICOS.

Sobre este assunto foram apresentadas algumas considerações.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** insurgiu-se pelo facto de não lhe ter sido dada cópia dos pareceres jurídicos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que há informação que deve ser reservada, mas esta não lhe parece que o deva ser, porque será do domínio público rapidamente, ao ser enviada aos advogados. Também gostaria de ter estes documentos consigo, e entende que esta informação não deve ser recusada, pelo que concorda com o protesto do Sr. Vereador Aurélio.

Sobre o tema, e depois de ter visto melhor os documentos, tem a dizer que em sua opinião a Câmara esteve muito mal neste processo, pelo que têm que ser apuradas responsabilidades e tomadas medidas. A seu tempo, e quando for oportuno, quer fazer ouvir os técnicos envolvidos nos pareceres e também quer pedir à Sr.ª Vereadora Alexandra para lhe dar algumas informações sobre a sua participação profissional neste processo.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que esteve envolvido na primeira votação, há quatro anos, mas agora não leu nada sobre o processo, porque trabalha em Leiria e não teve oportunidade de vir consultar o processo, pelo que não se pode pronunciar e vai-se abster.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** esclareceu que aquilo que se vai deliberar hoje é somente o envio dos pareceres aos advogados, que os solicitaram por saberem que a Câmara os tinha. Irá votar a favor.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que os pareceres não são vinculativos, são opiniões jurídicas de especialistas na área do urbanismo. Também esteve envolvido na primeira votação, votou a favor em função de pareceres técnicos, todos eles favoráveis. Depois

houve desenvolvimentos e têm que se apurar as responsabilidades. Todas as decisões que se queiram tomar nesta fase são precipitadas. Deve-se esperar também pelo entendimento do dono da obra, pois nada nos diz que não possa haver acordo.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que lhe parece que este tema até justificaria uma reunião extraordinária. Está muito pessimista sobre este processo, e pensa até que vai chegar à litigância. Entende que não se deveriam tornar públicos estes pareceres, mas como já se falou da sua existência vai votar a favor e não contra. Em sua opinião o executivo permanente não está a tratar bem este tema, e deve ser convocada uma reunião extraordinária para tratar do mesmo. É também para si muito importante conhecer os contornos da intervenção da cidadã Alexandra Dengucho.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

306 - Presente parecer jurídico, da Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira;

Presente parecer jurídico, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Considerando que está em curso o procedimento com vista à declaração de nulidade do licenciamento da operação urbanística objeto do processo n.º 254/10;

A Câmara Municipal delibera remeter ambos os pareceres jurídicos aos interessados Timothy Alexander Tacchi e Betina Kunzl Tacchi, através dos respetivos mandatários constituídos.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos e a ausência da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por ter sido declarado o seu impedimento de participar na discussão e votação deste processo, uma vez que, como advogada, já representou os requerentes.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Como não foram enviados por mail os pareceres jurídicos constantes do ponto 33 e porque trabalho fora do concelho, não tive oportunidade de os ler na edilidade. Esta é a razão, tão só e apenas, da minha abstenção.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente porque os interessados têm direito a toda a informação que consta no processo. No entanto, acho lamentável, porque tenho direito, que não me tenha sido disponibilizada uma cópia destes pareceres que ontem vim à câmara pedir. Remetemos, e bem, os pareceres aos interessados, e aos vereadores eleitos, que deliberam sobre o envio, não podem ter uma cópia dos mesmos pareceres.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

O Sr. Vereador Carlos Logrado prescindiou da declaração de voto, em função do que disse na apreciação deste assunto, antes da votação.

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente porque o que está em causa é o envio dos pareceres aos interessados. Numa administração aberta é legítimo esse envio.

Os pareceres não foram enviados juntamente com a agenda da reunião porque, como foi acordado por todos os membros do executivo, só seriam enviados os documentos até 15 folhas.

De qualquer modo todos os documentos estiveram para consulta desde segunda-feira.”

**34 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL -
REQUERENTE: NUNO PAULO FRUTUOSO LOPES - AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES
– INDEFERIMENTO FINAL.**

307 - Presente requerimento apresentado em 17-09-2014, por Nuno Paulo Frutuoso Lopes, titular do NIF 209837306, residente na Rua do Rego, n.º 58, Garcia, Marinha Grande, no qual relata um incidente que sofreu com a sua viatura automóvel de matrícula 05-06-QG, no passado dia 02-09-2014, cerca das 22,00 horas, na Travessa dos Pimentas Norte, em Pedreanes, e que teve por origem a existência de “cacos” de mosaicos depositados nos buracos da faixa de rodagem, os quais lhe cortaram um pneu da viatura, resultando danos no valor de 237,28€, cujo ressarcimento requer à Câmara Municipal.

Presente Informação jurídica n.º 1/247/2015-FO, de 24-02-2015, na qual se apreciaram os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos existentes na via de circulação onde ocorreu o sinistro, os quais resultaram da intervenção de uma terceira pessoa e eram do total desconhecimento desta Câmara Municipal.

Em reunião realizada no dia 19-03-2014, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/953/2015, de 23-03-2015, que foi recebido em 27-03-2015.

Findo em 13-04-2015, o prazo de audiência prévia concedido ao requerente, verificou-se que o mesmo não apresentou alegações.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes daquela informação n.º 1/247/2015-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de

indenização apresentado por Nuno Paulo Frutuoso Lopes, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município e o pressuposto da culpa, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

308 - O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização de Karaoke no dia 22 de maio de 2015;
- Licença especial de ruído realização de noite de Rock nos dias 02, 09 e 16 de maio de 2015;

O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização dos festejos anuais nos dias 8,9 e 10 de maio de 2015;

A Associação Cultural Os Vizinhos, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização do Concerto – Hard Sessions no dia 2 maio de 2015
- Licença especial de ruído realização do Concerto – Hard Fest nos dias 3 e 4 julho de 2015

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização de Marinha Grande Dance Festival;

Presentes informações nºs 21/AF, 22/AF, 23/AF e 24/AF de 24 de abril de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense, o Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, a Associação Cultural Os Vizinhos, a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

309 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

E atendendo a que,

A globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRODUÇÃO DA 2.ª EDIÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015;

Sobre este assunto foram pedidos alguns esclarecimentos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que concorda com as festas mas não com o modelo, tendo colocado as seguintes questões:

- houve contactos com outras empresas?
- qual o porquê de ser esta empresa e não outra?
- se não houve contactos porque é que não houve?
- conhecem-se as receitas das associações que participaram no ano passado?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que houve contactos, com 4 ou 5 entidades, e esta foi a empresa que deu as garantias, em termos dos artistas que nos interessavam, porque tem o exclusivo. Estes contactos constam do processo. Não sabe o valor das receitas, sabe que todos gostaram de participar, que foi proveitoso, tanto mais que este ano têm que se aumentar os stands, de 20 para 30. O modelo é este, é o do executivo, e o Sr. Vereador Carlos Logrado com certeza que escolheria outro, mas parece-lhe que o aceita e respeita esta opinião. Os artistas a contratar dão garantias de grande adesão da população e de boa receita para o comércio.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou, e uma vez que foram consultadas outras empresas, porque é que isso não consta no processo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que aquilo que está no processo diz respeito à adjudicação e à exclusividade destes artistas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se há registo escrito dessas consultas, porque se o houver ainda é mais grave, pois deveriam ser peças do processo, o que o leva a concluir que há dois processos constituídos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não há dois processos, só que os contactos, alguns deles meramente informais, e segundo os serviços, não têm que constar do processo administrativo.

Os **dois Vereadores** envolveram-se em troca de palavras, tendo o **Sr. Vereador Carlos Logrado** referido que não lhe parece suficiente o argumento da exclusividade, até porque não tem a certeza se estes artistas não poderiam ser contratados nestes dias por outra empresa. Por falta de elementos, e com base nos dados de que dispõe, parece-lhe que o ajuste directo está a ser feito à medida desta empresa.

Pediu ao Sr. Vereador Vítor Pereira que lhe sejam facultados todos os elementos desse segundo dossier, que não esteve presente e do qual não foi dado conhecimento a todos os Vereadores.

Disse que fica feliz com as festas da cidade, mas tem pena que o Sr. Vereador Vítor ainda não saiba qual foi o factor de multiplicação do investimento da Câmara para as associações.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que estas intervenções não conduzem a lado nenhum, e que tal como o seu partido não colaborou na censura prévia da comunicação social também ele não participa na vida das colectividades e das pessoas. Isto é uma prática sua desde o início do mandato. Só se preocupou em saber se foi proveitoso, não lhes perguntou quanto. No fim da festa visitou todas as colectividades para saber a sua opinião, e mais tarde fez uma reunião com todos para saber quais as suas sugestões. Esta atitude do Sr. Vereador Carlos Logrado não lhe fica bem.

Referiu ainda que não existe nenhum segundo caderno, e não se preocupa com algumas insinuações que aqui fez, não há preferência por esta ou aquela empresa, apenas a preocupação de defesa dos interesses da Câmara. Voltou a afirmar que não há segundo dossier, apenas uma situação igual à do ano passado, com contactos com quem interessava que aqui viesse.

O **Sr. Presidente** disse que enquanto for Presidente da Câmara não perguntará a nenhuma associação qual foi a receita das festas da cidade, os sócios das associações saberão ao verem esta receita contabilizada nas respectivas contas. Prova de que correu bem é o facto de este ano todos quererem novamente estar presentes.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

310 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 15495/2015 e informação 1/486/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação da *“Produção da 2.ª Edição das Festas da Cidade”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 17943 foi submetido a 21/04/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa QUANDO MENOS SE ESPERA, UNIPESOAL, LDA. NIPC 509 575 773 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da “*Produção da 2ª Edição das Festas da Cidade*”, na classificação orgânica/económica 06/020220 ação do PAM 2015/A/161, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 63.150 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para contratação da “*Produção da 2ª Edição das Festas da Cidade*”, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da “*Produção da 2ª Edição das Festas da Cidade*”.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 17943 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra, embora sendo um defensor acérrimo das festas do concelho. O modelo é um modelo antiquado, próprio de locais de menor desenvolvimento do que é o do nosso concelho porque se baseia apenas em comprar a festa a entidades externas ao concelho sem ter a preocupação de desenvolver as mesmas capacidades com entidades concelhias. Por outro lado, a quantia de 63.000€ é uma quantia suficientemente expressiva para que este assunto pudesse ser tratado com uma figura diferente do que é o ajuste direto. A justificação de exclusividade dos artistas convidados é, em nossa opinião, duvidosa, porque conforme as peças do processo, essa exclusividade só existe para a empresa

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

contratada nos dias da realização das festas, sendo que qualquer um dos três artistas cabeças de cartaz são representados, entenda-se (no mínimo em todos os dias do ano) por empresas diferentes e diferente da empresa contratada para a montagem das festas.”

38 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “ELABORAÇÃO DE PROJECTO DA REDE DE BAIXA TENSÃO E REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA/PRAIA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015;

311 - Presente a requisição interna n.º 15619 e informação n.º CS/10/2015 da DOT, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a “*Elaboração de projecto da rede de baixa tensão e rede de iluminação pública da requalificação da estrada Vieira/Praia*”.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DOT consubstanciam um contrato de tarefa.

Considerando que o serviço requisitante apresentou uma estimativa de valor para a prestação dos serviços em epígrafe de 2.800 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de

dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 20/04/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000 euros.

O serviço requisitante propõe, face à urgência do procedimento, o convite à empresa EDIENG – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO UNIPESSOAL, LDA, NIPC 507 908 090, e que esta aguarda a emissão das declarações comprovativas de que possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Elaboração de projecto da rede de baixa tensão e rede de iluminação pública da requalificação da estrada Vieira/Praia”*, na classificação orgânica/económica 07/07030301, ação do PPI 2015/1/98, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 2.800 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço

máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto, nem contraparte, em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Elaboração de projecto da rede de baixa tensão e rede de iluminação pública da requalificação da estrada Vieira/Praia”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Elaboração de projecto da rede de baixa tensão e rede de iluminação pública da requalificação da estrada Vieira/Praia”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção das declarações comprovativas de que a entidade a convidar tem a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”

39 - FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 4 DE MAIO DE 2015 ATÉ AO INÍCIO DE AGOSTO DE 2015

312 - Presente a informação SS.19.2015 e as requisições internas n.ºs 17034 e 17035 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de as instalações municipais abastecidas de eletricidade em baixa tensão normal e iluminação pública, serem mantidas no mercado regulado até estarem concluídos os procedimentos de contratação pública para a sua passagem para o mercado livre, que se prevê estarem concluídos até ao início do mês de agosto de 2015.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Considerando que por deliberação camarária de 14/12/2014 foi determinada a abertura de procedimento para a contratação do *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”*, por concurso público com publicidade internacional, tendo sido lançado o P.A. N.º 1/2015-AP/DISU, cuja única proposta apresentada foi excluída por ultrapassar o preço base do procedimento, pelo que a 19/03/2015 foi tomada deliberação camarária de não adjudicação do mesmo.

Considerando que a não adjudicação do P.A. N.º 1/2015-AP/DISU implica a manutenção das instalações no mercado regulado até à passagem para o mercado livre mediante a realização de novo procedimento por concurso público com publicidade internacional com vista à celebração de contrato de fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal, incluindo iluminação pública.

Considerando que a Portaria n.º 97/2015 de 30 de março estabelece no seu art.º 5.º que a obrigatoriedade de fornecimento de eletricidade, pelos comercializadores de último recurso, a clientes finais com consumos em BTN, que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, pode ser efetivada até 31 de dezembro de 2017.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa, no ano de 2015 para o fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, ações do PAM 2014/A/9, 2014/A/10 e 2014/A/156, tendo sido emitido pelos serviços de contabilidade os cabimentos n.ºs 994 e 995 de 2015.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, delibera autorizar a realização da despesa e a adjudicação do fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 4 de maio de 2015 até ao início de agosto de 2015, data em que se prevê estar concluída a passagem da globalidade das instalações para o mercado livre, até ao montante máximo de 187.689,86 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, à empresa EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, S.A, contribuinte n.º 507 846 044, em cumprimento do preceituado nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O “FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INÍCIO PREVISTO EM AGOSTO DE 2015 E ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2016”

313 - Presente informação TF.04.2015 e requisição interna n.º 17036, ambas do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização do fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 6 meses, com início previsto em agosto de 2015 e até 31 de janeiro de 2016.

Considerando que por deliberação camarária de 14/12/2014 foi determinada a abertura de procedimento para a contratação do *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”*, por concurso público com publicidade internacional, tendo sido lançado o P.A. N.º 1/2015-AP/DISU, cuja única proposta apresentada foi excluída por ultrapassar o preço base do procedimento, pelo que a 19/03/2015 foi tomada deliberação camarária de não adjudicação do mesmo.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao valor de novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e dez euros e cinquenta e oito cêntimos, para o procedimento de contratação de *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e que a abertura do P.A. N.º 1/2015-AP/2015 foi fundamentada com base nessa autorização prévia.

Considerando que está a ser executado o contrato n.º 01/2015 relativo ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, que termina a 31 de janeiro de 2016.

Considerando que, nos termos da informação dos serviços da DISU, importa proceder à abertura de procedimento de fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, que termine na data do contrato vigente do fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, de modo a ser realizado um único procedimento de contratação pública para o efeito, cujo início previsto será 1 de fevereiro de 2016.

Considerando que o preço base a aplicar para o procedimento de *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, com início previsto em agosto de 2015 e até 31 de janeiro de 2016”* é de 436.819,98€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar e que atento o preço base apurado tem de ser adotado o procedimento de concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e artigo 20.º, n.º1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2015 e 2016 para o “Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, com início previsto em agosto de 2015 e até 31 de janeiro de 2016”, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, ações do PAM 2014/A/9, 2014/A/10 e 2014/A/156.

Considerando que o preço base do procedimento, com IVA incluído, perfaz o valor de 536.364,15 euros e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014 deliberou favoravelmente pela autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para o *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”* até ao valor de 967.810,58 euros, pelo que, o procedimento que se pretende agora iniciar cumpre com o montante e o período do procedimento então autorizado pelo que se dá cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Presente igualmente Programa de Procedimento e de Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços técnicos da autarquia e de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e de acordo com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público com publicidade internacional, em função do valor estimado do contrato de acordo com o mapa previsional de encargos que integra o processo;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - Miguel Crespo, Presidente;
 - Susana Silva, Vogal;
 - Telmo Faria Vogal;
 - Luciana Esteves, Vogal Suplente;
 - Sara Coelho, Vogal Suplente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REVISÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO, POR FORÇA DA LEI N.º 81/2014, DE 19 DE DEZEMBRO

314 - Presente informação n.º 512/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 20 de abril, referente à necessidade de proceder à atualização da minuta de contrato de arrendamento em vigor.

Considerando que, a Câmara Municipal da Marinha Grande aprovou, na sua reunião de câmara, datada de 22 de abril de 2013, a revisão da minuta de contrato de arrendamento aplicada às habitações sociais do Município, uma vez que a anterior já se encontrava desajustada face à realidade.

Considerando que, à data, os imóveis sujeitos ao arrendamento social se encontravam sujeitos ao regime de renda apoiada, aplicável através do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, por imposição da nova lei existem alterações significativas em termos não só do cálculo dos valores das rendas, como também da forma e do conteúdo dos próprios contratos de arrendamento, a ter em conta;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Capítulo III da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro e ainda com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, aprovar a minuta do contrato de arrendamento, que fica anexa e que se dá por transcrita (Anexo 2).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JULHO DE 2015.

315 - Presente informação n.º 514/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 20 de abril, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Rua da Charnequinha, Casal de Anja, Rua Adriano M. Nobre, Rua António Lopes e Bairro do Camarnal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE JULHO:

Avenida da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
L	M.ª Helena M. Cantante	4.º Fte Esq.º	31/12/1996	24,15€	23,40€
M	M.ª Amélia Henriques	3.º Dto	17/12/1996	28,41€	25,33€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

R.ª Professor Melo Vieira:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
9	Maria Joaquina Gil	2.º Esq.º	28/12/1999	40,35€	36,24€

R.ª da Charnequinha

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
46	Maria Lurdes Rodrigues	1.º Dto	04/11/1997	23,13€	42,74€

Casal de Anja

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Manuel Peres Carnide	13	15/04/1999	90,26€	64,92€

R.ª Adriano M. Nobre:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Maria Alice de Jesus	105	18/07/2012	47,80€	42,78€
M.ª Capitolina Lourenço	96	18/07/2012	71,02€	84,15€
M.ª Antonieta Santos	88	11/05/2012	37,82€	33,88€
M.ª Ascensão Carmo	76	04/11/2004	55,11€	42,41€
Ema Maria Triães	70	29/06/2005	4,85€	5,13€
José de Sousa Santos	59	21/06/2013	108,77€	89,70€
José Manuel G. Parracho	6	01/03/2006	11,66€	10,97€

R.ª António Lopes:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Raúl Fernandes	81	21/06/2013	92,66€	75,35€

Bairro do Camarnal:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Maria Alice Silva Pereira	27	31/01/2005	12,46€	10,30€

ATUALIZAÇÃO FASEADA

Rua da Charnequinha – Bloco 44

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Natacha Dias Carmo	R/C Dto	01/07/2002	12,61€	18,85€	25,10€	31,34€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Mais delibera que os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir de 1 de julho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 10, SITA NO BAIRRO DE CASAL DE ANJA, VIEIRA DE LEIRIA, A FAVOR DE ALBERTINA LUÍSA DOS REIS, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.

316 - Presente informação n.º 520 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 22 de abril de 2015, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para o cônjuge sobrevivente.

Considerando que, Joaquim Lopes Moreira, arrendatário do Município da Marinha Grande, desde 2004, era casado com Albertina Luísa dos Reis;

Considerando que, o mesmo faleceu a 28 de maio de 2008, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: “ O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano”.

Considerando por último, a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para cônjuge com residência no locado...*”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, transmitir o direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente, Albertina Luísa dos Reis.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Albertina Luísa dos Reis, contribuinte fiscal número 150 358 814.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA XIII SEMANA DA EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – AGRUPAMENTO MARINHA GRANDE POENTE

317 - O Município da Marinha Grande pretende realizar a 13.^a edição da Semana da Educação e Juventude de 05 a 10 de maio de 2015 em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho, com o objetivo de: divulgar os projetos e atividades desenvolvidas nas escolas; contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade; estimular o gosto dos jovens pelas áreas da leitura, expressões artísticas e cultura científica; desenvolver atitudes que possam contribuir para a efetiva cidadania e consciência ecológica; fomentar a comunicação e as boas práticas entre as escolas dos diversos graus de ensino do concelho da Marinha Grande; valorizar a capacidade empreendedora e concretizadora dos diversos elementos da comunidade educativa; propor respostas educativas e formativas de acordo com as necessidades dos alunos e Assinalar o Ano Internacional da Luz;

Ao contrário das iniciativas anteriores, pretende-se que a Semana da Educação e Juventude seja desenvolvida diretamente nas escolas assim como em espaços e equipamentos municipais no centro tradicional, para que as crianças e jovens e as suas famílias possam usufruir das atividades em espaço escolar bem como nos equipamentos municipais existentes, alguns recentemente renovados.

Pretende-se ainda que as crianças, jovens e suas famílias possam, direta ou indiretamente, participar na realização de algumas indicativas no espaço escolar bem como nos espaços municipais;

A programação de atividades contempla assim várias iniciativas que terão de ser forçosamente realizadas pelos agrupamentos de escolas, conjuntamente com as crianças, jovens e família, não só nos equipamentos escolares, como nos equipamentos municipais adequados.

A realização destas atividades pressupõe o envolvimento de professores e alunos na sua concretização em contexto letivo bem como a assunção de custos por parte dos agrupamentos de escolas;

Deste modo, tratando-se de uma indicativa organizada pelo Município da Marinha Grande para a qual este pretende o envolvimento dos agrupamentos em regime de parceria e sem o qual o evento não pode realizar-se;

Considerando que algumas das iniciativas que o Município da Marinha Grande pretende que sejam realizadas pelos agrupamentos de escolas no âmbito da Semana de Educação e Juventude implicam a assunção de custos por parte dos agrupamentos, nomeadamente:

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768.

Mostra de atividades artísticas desenvolvidas pelos alunos do agrupamento (Interpretação, vocal e instrumental com diversos instrumentos musicais, dança, apresentação coreográfica com balões Led), workshops, palestras, exposições, aula aberta, demonstrações científicas, disponibilização de espaços lúdicos e pedagógicos para experimentação, mostras de trabalhos, atividades de caráter social, espetáculo de teatro a apresentar por companhia nacional e jogos.

A dinamização destas atividades implica a assunção de custos por parte do agrupamento, estimados em 1445€ (mil quatrocentos e quarenta e cinco euros) destinados a custear vários tipos de despesas, entre elas: a contratação de serviços, transportes, pagamento de despesas de deslocação e alimentação de palestrantes/formadores, honorários, transportes, prémios, aquisição de vários tipos de bens, materiais orgânicos e inorgânicos, consumíveis, equipamento e material de desgaste, com vista à realização das atividades previstas.

Considerando que, sem o devido suporte orçamental não é possível concretizar o plano/programa de atividades previsto para a 13.ª edição Semana da Educação e Juventude;

Considerando que todas as atividades programadas estão devidamente orçamentadas em Plano de Atividades Municipal na ação 2015/A/84;

Considerando que se encontra em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece, no artigo 9.º, que o programa de apoio a atividades com caráter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária;

Considerando que estas atividades não estão programadas no âmbito do plano de atividades dos agrupamentos de escolas mas no Programa de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, sendo o município a entidade que pretende que os agrupamentos desenvolvam, em regime de parceria, uma componente do programa da Semana da Educação e Juventude da organização do município;

Considerando que o Regulamento Municipal apenas é aplicável, no que diz respeito a ações pontuais, às constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária e que, portanto, não é aplicável às situações em que se pretende que as entidades sejam desenvolvidas em regime de parceria, nomeadamente iniciativas que constam do programa de atividades do município;

Que deste modo se considera que não faz sentido serem os agrupamentos de escolas a apresentarem candidaturas para a realização de atividades constantes do plano de atividades municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Considerando que podem ser atribuídos apoios para o desenvolvimento de atividades, contanto que o apoio realize um interesse municipal a cargo da autarquia.

Que pelos motivos acima exposto as atividades a desenvolver pelos agrupamentos constam do plano de atividades da Semana da Educação e da Juventude do Município da Marinha Grande e revestem de interesse municipal;

Que a norma legal, nomeadamente a alínea u, do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a parceria com os agrupamentos de escolas e, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro nos seguintes termos:

1445€ (mil quatrocentos e quarenta e cinco euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 1445€ (mil quatrocentos e quarenta e cinco euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 3), a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.

Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2015/A/84 do Plano de Atividades Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - RETIFICAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS

318 - Considerando que, na reunião de câmara datada de 16 de abril de 2015 foram apresentadas as candidaturas de todas as entidades que se candidataram à atribuição de apoios ou benefícios quer na área da cultura, desporto, recreativa, social e outros;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Considerando que, na referida reunião, e nos termos do previsto no artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra adiante designado RMAAB, foram aprovadas algumas das candidaturas apresentadas e excluídas outras;

Considerando que, no que toca às candidaturas da área social, quer no quadro de identificação, quer no quadro da respetiva pontuação, constam todas as candidaturas apresentadas pelas entidades da área em causa;

Considerando que, a Associação de Promoção Social de Vieira de Leiria “Jardim dos Pequeninos”, apresentou três candidaturas, designadamente a:

- E/8032/2014: Aluguer de autocarro
- E/8033/2014: Pintura de instalações da creche
- E/8036/2014: Frequência de piscina de crianças de crianças do pré-escolar

Considerando que, por lapso, no quadro das candidaturas da área social relativas às candidaturas com pontuação abaixo dos 25 pontos constam apenas duas dessas, designadamente a E/8032 e E/8036 de 2014, estando em falta a E/8033/2014;

Considerando que, a candidatura com o registo de entrada E/8033/2014, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RMAAB, obteve uma pontuação de 24,3;

Considerando que, nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

A Câmara Municipal delibera ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, retificar a deliberação n.º 264, designadamente no ponto 20 com a epígrafe: “ Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra – Análise, Classificação e Proposta de Admissão e Exclusão de Candidaturas”, notificar a Associação de Promoção Social de Vieira de Leiria “Jardim dos Pequeninos” da intenção de exclusão da candidatura com o registo de entrada E/8033/2014, por a mesma não ter atingido uma pontuação igual ou superior a 25 pontos, concedendo-lhe um prazo de 10 dias úteis para se pronunciar.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos).

Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Temos praticamente 1/3 do ano decorrido e há alguns destes eventos que já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

46 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 4.513.155,48€** (quatro milhões, quinhentos e treze mil, cento e cinquenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
30/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

319 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião